



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
LINGUAGENS E CÓDIGOS

EMANUELLI RAYANE OLIVEIRA DA SILVA

**Estudo sobre a presença de alunos com deficiência na Escola Municipal de Ensino
Fundamental Carlos Pena Filho, Brasil Novo- Pará**

BRASIL NOVO-PA

2019

EMANUELLI RAYANE OLIVEIRA DA SILVA

Estudo sobre a presença de alunos com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Pena Filho, Brasil Novo- Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade, como requisito do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira, orientado pelo Professor Dr. Paulo Roberto Vieira.

BRASIL NOVO-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

S586e Silva, Emanuelle Rayane Oliveira da
Estudo sobre a presença de alunos com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Pena Filho Brasil, Novo- PA, Pará / Emanuelle Rayane Oliveira da Silva. — 2019.
XX, 20 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Vieira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Deficiência. 2. Escola. 3. Inclusão. 4. Alunos. I. Título.

CDD 370.91734098115

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

Paulo Freire

Resumo

Este artigo visa fazer um levantamento e reflexão sobre a situação de jovens com deficiência, no tocante ao ambiente escolar na agrovila Carlos Pena Filho. O município de Brasil Novo, Pará, está localizado às margens da Rodovia Transamazônica (BR 230). Deve-se dizer que esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, já que está concentrada na investigação de aspectos da vida de pessoas portadoras de necessidades especiais que se revelam mais e melhor no diálogo com atores-chaves do que nos números. Percebi, por meio deste estudo, que falta mais atenção por parte dos órgãos públicos para auxiliar as famílias e os alunos com deficiência, pois essa falta acarreta em várias consequências para as famílias, as escolas e os alunos com deficiência. Faz com que eles se afastem do ambiente escolar ou do meio social, até mesmo desistindo dos estudos. Porém a falta desse olhar diferenciado não vem só dos órgãos públicos, mas também da própria escola. Percebe-se a necessidade de se ter o compromisso de fazer a diferença com esses alunos.

Palavras-Chave: Deficiência. Escola. Inclusão. Alunos.

1. Introdução

Uma das vantagens de se viver no mundo moderno deveria ser a clareza e divulgação das informações sobre como lidar com a presença de pessoas com deficiência, tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar. Além da garantia dos direitos dessas pessoas, assegurados por leis voltadas para o desenvolvimento de suas práticas sociais de maneira a favorecer o maior bem-estar possível.

Afinal, nas últimas décadas essas necessidades de direitos foram formalizadas legalmente no Brasil não só no meio urbano, mas também no campo especialmente no acesso de alunos com deficiência do campo à educação. Contudo, hoje há professores preparados para a tarefa da inclusão com a formação adequada para a área destinada, porém, esta formação acontece de forma gradativa. O que consta nas políticas públicas educacionais voltadas para os alunos com deficiência é a permanência deles no ambiente escolar e sua participação no meio social. No entanto, para essa permanência acontecer, a Constituição Federal de 1988, mostra que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento Educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Porém, há ainda muitos problemas a enfrentar, pois nesses casos, no que se refere às escolas do campo, na região da BR 230, a Rodovia Transamazônica, os discursos dos gestores municipais são muito diferentes da prática, além de haver muito preconceito na sociedade, que extrapola para o ambiente da escola, começando desde as Secretarias de Educação até os órgãos gestores das escolas, que não dão o suporte necessário a estas crianças e adolescentes especiais dentro do ambiente escolar do campo, fazendo com que alguns pais retirem seus filhos da escola por não ter a ajuda necessária. Prejudicando, ainda mais, o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos portadores de necessidades especiais.

Nos municípios da transamazônica, como Brasil Novo, há muitos discursos que visivelmente desfilam falso interesse no problema em si, pois não se empenham de fato no desenvolvimento de políticas públicas locais, ou no cumprimento das políticas nacionais

voltadas às pessoas com deficiência especiais. Vejamos um trecho da Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (SETUBAL & FAYAN, 2017, p. 12).

A falta de profissionais, quer dizer, de pessoas profissionalizadas, e a falta de suporte para que as leis sejam colocadas em prática, prejudicam muito os trabalhos que deveriam ser desenvolvidos para o atendimento a estas pessoas que com o passar dos anos ganharam vez na sociedade. Por serem frágeis e não terem o mesmo desenvolvimento de uma pessoa dita “normal” é que se faz necessário que os direitos a estas pessoas seja algo certo, garantido e inegociável, por isso foram criadas leis que garantem esses direitos. Assim, tanto os educandos com deficiência quanto a família se sentirão mais seguros na vida em meio ao ambiente escolar.

É preciso saber o que é trabalhar a inclusão para se poder viver a experiência da diferença e superar os preconceitos, valorizando, assim, cada indivíduo, seja nas suas particularidades, seja no contexto do convívio social. A inclusão deve proporcionar a superação de preconceitos, de discriminação e de rótulos. Quer dizer, a inclusão deve proporcionar ao sujeito uma vida plena.

Assim, este artigo visa fazer um levantamento e reflexão sobre a situação de jovens com deficiência, no tocante ao ambiente escolar do campo na agrovila Carlos Pena Filho. Como já se disse, o município de Brasil Novo, Pará, em virtude da abertura da transamazônica por volta de 1969 e segundo relatos de moradores a estrada que dava acesso às suas terras era somente uma “picada” feita no meio da mata, de difícil acesso, e a cidade de Brasil Novo era apenas uma agrópolis¹.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último censo em 2016 a população de Brasil Novo estava com 14.834 pessoas, porém, em 2018 a população está estimada em 15.190 pessoas. Na cidade existem várias escolas, começando do berçário, educação infantil, ensino fundamental menor e maior e ensino médio. A Secretaria Municipal

¹ Agrópolis é um distrito que depende de um município maior.

de Educação de Brasil Novo (SEMED) tendo como lema, “juntos por uma educação de qualidade”, propaga que tem como objetivo formar alunos que possam obter o conhecimento de mundo e científico.

Segundo a Secretaria, os gestores estão buscando sempre o aprimoramento e desenvolvimento para oferecer aos educandos uma educação de qualidade. Além disso, o município apoia o ensino superior na cidade, através de uma parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA, além de outros cursos de algumas instituições privadas.

Essa pesquisa vai refletir sobre o desenvolvimento de práticas docentes diferenciadas para alunos com deficiência na escola Carlos Pena Filho, km 40 rodovia transamazônica, no município de Brasil Novo. Há ainda um levantamento sobre a aplicação prática das políticas públicas e leis voltadas para esses jovens, visando mostrar a realidade da educação diferenciada para os educandos com deficiência.

No decorrer do curso de licenciatura em Educação do Campo (2015 – 2019), pude ampliar meu olhar em relação à educação e desenvolver meus conhecimentos. Em minha trajetória no curso fiz pesquisas relacionadas a busca das memórias da comunidade Carlos Pena Filho, investigando o surgimento da escola, como funciona a gestão e as metodologias desenvolvidas pelos professores.

Também pude realizar estágios que me fizeram desenvolver a prática docente utilizando projeto didático, plano de aula, dentre outros. O curso me proporcionou saberes diversificados, e um deles foi a importância da vida no campo e a permanência nele.

Assim, este artigo é meu Trabalho de Conclusão de Curso, e a escolha do tema foi feita porque vi a dificuldade das crianças com deficiência no ambiente escolar do campo, tanto para se incluírem em meio aos demais alunos, quanto na recepção de metodologias diferenciadas para eles. Vi, nesse ambiente escolar, que há pessoas favoráveis e outras não, quanto a necessidade de melhor incluir esses alunos, implementando estratégias diferenciadas. Nesse sentido, deve-se dizer, com Maria Teresa Eglér Mantoan que “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando”. (MANTOAN, 2003, p. 12.)

2. Metodologia da Pesquisa

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, já que está concentrada na investigação de aspectos da vida de pessoas portadoras de necessidades especiais que se revelam melhor no diálogo com autores chaves, do que nos números. Nesse sentido, Cleber e Ernani relatam:

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 70)

Percebe-se que as pesquisas qualitativas são muito importantes, pois fazem com que o indivíduo tenha contato direto com a pesquisa e o meio onde a pesquisa será feita, buscando mostrar a realidade intrínseca, contradições e nuances do objeto em estudo.

Assim, o levantamento dos dados da pesquisa foi realizado por meio de entrevistas com os representantes dos órgãos públicos locais como: Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo (SEMED); a Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Pena Filho; famílias dos alunos com deficiência.

Para tanto, fez-se ainda uma pesquisa de análise bibliográfica sobre o tema, visando a fundamentação teórica e legal da questão dos direitos dos alunos com deficiência no ambiente escolar do campo. Por meio das entrevistas, finalmente, buscou-se fazer ainda um levantamento das práticas e metodologias dos professores no ambiente escolar, verificando os espaços e os materiais didáticos pedagógicos destinados a pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar.

3. A presença de alunos especiais na Escola Carlos Pena Filho, uma análise

Em 1969, Osvaldo Vitório dos Santos, Maria Alves de Oliveira, e Álvaro Roberto Frejerio Caçador, juntamente com seus pais chegaram na Região Norte no município de Brasil Novo no Estado do Pará, onde moram até os dias atuais. Contam que no ano de sua chegada

havia muita mata, não existia estrada, somente uma picada² em linha reta e para chegar ao local desejado tinham que andar a pé. Já quando chegaram para ir para a terra que receberam do Instituto Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tiveram que ir à pé por muitos quilômetros. Os pioneiros dizem que eram muitas famílias e que havia mais crianças do que adultos, eram mais de 50 crianças andando junto com seus pais mata a dentro.

Sabe-se que também existiam muitos indígenas na região, muita caça, que não existia casas, e se alguém adoecia era levado em uma rede onde vários homens carregavam o doente para Altamira-PA, andando a pé mais de 50 km. Às vezes a pessoa que estava doente acabava não resistindo e vinha a falecer antes mesmo de chegar ao destino dos primeiros socorros.

Só por volta de 1972 e 1973, através do Instituto Colonização e Reforma Agrária (INCRA), houve a construção de casas, posto de saúde e a escola, pois segundo os relatos dos moradores, as crianças estudavam em um barracão no travessão da Vicinal 12. Eram tempos muito difíceis, o rancho era levado nas costas e no Estado do Pará parecia não existir outra estação além do inverno, chovia muito todos os dias segundo relatos dos pioneiros da comunidade. A Rodovia Transamazônica, aberta no meio da mata, pouco a pouco aumentou o fluxo de pessoas na região.

Devido a tudo isso, as famílias aumentavam e o número de crianças também, logo havia necessidade de escolas e professores na região também aumentada. A comunidade se juntou e construiu um barracão para as crianças estudar. Antes disso as crianças só aprendiam os afazeres de casa ou o trabalho da roça. Nesse começo a professora ministrava aula sem ganhar dinheiro, ensinando o alfabeto para as crianças no barracão construído.

Por volta de 1973 o posto de saúde e a escola foram construídos pelo INCRA e as crianças começaram a estudar. A escola sofreu várias modificações como reformas e hoje possui quatro pavilhões e uma quadra, com oito salas de aulas, uma sala de professores com um banheiro, uma secretaria, uma sala de coordenação e dois banheiros para os alunos. A escola Carlos Pena Filho, atende desde o 1º ano do ensino fundamental menor ao 9º ano do ensino fundamental maior. A escola tem esse nome para homenagear o poeta Carlos Pena Filho e hoje é uma escola anexa à escola municipal de ensino fundamental Brasil Novo.

A educação especial no Brasil é oferecida especificamente para alunos com deficiência. Mas para que ela existisse, houve muita luta para que enxergassem a importância dessas pessoas dentro da sociedade, pois, frequentemente, os indivíduos que possuíam deficiência eram vistos como aberração, ou estorvo. De acordo com Aline Pereira:

² Picada é um pequeno roçado que se faz dentro da mata para ir de um lugar a outro mesmo sem estrada.

Em meados do século XIX, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, abandonadas, dignas de caridade e chegavam inclusive em algumas sociedades a serem exterminadas, pois, a sociedade acreditava que essas pessoas seriam as principais responsáveis pelo não desenvolvimento do país (PEREIRA et al, 2012, p.11).

Com essa realidade, fazia-se necessário dar um basta nessa situação desumana, foi então que os estudiosos começaram a investigar a vida no meio social e surgiram as leis que apoiam as pessoas com deficiência promovendo a integração desses indivíduos nos sistemas de ensino e nas previdências. Assim, segundo a Lei N° 8069, de 13 de julho de 1990, capítulo IV, Art.53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1990).

O texto da Política de Educação Especial, na perspectiva inclusiva SEESP/MEC; 01/2008, nos traz o seguinte conceito:

[...] a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (AEE, 2008, p. 2).

Atualmente é disponibilizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Brasil Novo. Segundo uma professora do Atendimento Educacional Especializado nesse município são atendidos 96 alunos com deficiência. Um dos objetivos do Atendimento Educacional Especializado é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino (AEE, 2008). O AEE acompanha a prática dos educandos nas escolas, procurando ajudar no desenvolvimento de aprendizagem intelectual, a aprendizagem de mundo e no ensino profissional. Além do mais, a LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989 dispõe no Art. 2º:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico (BRASIL,1989).

Como se vê, as leis voltadas para pessoas com deficiência dão o suporte legal necessário para o atendimento a essas pessoas, pois, como já se disse, no decorrer da história foram vítimas de preconceito no seio da sociedade. Mas, como se percebe, atualmente essa injustiça está sendo quebrada e reparada, e a legislação nos mostra que:

O Brasil é um país onde os problemas sociais vêm sendo redimensionados através de programas e incentivos de políticas públicas de inclusão e reparo às violações dos direitos humanos. Ainda o preconceito e as disparidades sociais contribuem para o declínio do cenário humanístico, cultural, político e econômico. Os direitos humanos podem mudar essa realidade, e a educação é o principal viés para essa transformação, por meio da dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 2013, p. 44).

As leis e programas criados para estas pessoas incentivam a inclusão, e a atitude preconceituosa vem diminuindo, especialmente nos meios com acesso a educação de qualidade. A escola para incluir os excluídos, precisa fazer uma transformação em sua razão de existir, e suas políticas pedagógicas. É necessário muito mais do que o espaço acessível aos alunos com deficiência, do conteúdo programático diferenciado, ou de uma maior preparação do professor. Pois a escola é considerada um espaço de criação e desenvolvimento do conhecimento e tem a sua parcela para a transformação da sociedade.

A Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo, busca sempre desempenhar o melhor trabalho.

Conhecendo a legislação que trata sobre os direitos das pessoas com deficiência, o município sempre que possível trabalha conforme o que a legislação propõe dando sempre que possível o suporte necessário também para os alunos com deficiência do campo porém “a maioria dos alunos do campo não tem atendimento educacional especializado (AEE) porque não tem transporte público para virem até a zona urbana. Alguns alunos, que os pais trazem para o atendimento na sala de recursos, são melhores assistidos.” (relato de uma professora do AEE).

No município há políticas públicas locais voltadas para alunos com deficiência, “este ano de 2019 foram formadas turmas com oferta de curso especialmente para este público”. (Diretora de ensino da SEMED). Porém, segundo a Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo, não há prática de políticas públicas voltadas para alunos com deficiência do campo, e aí nós refletimos o quanto as escolas urbanas são mais amparadas neste requisito e a escola do campo desamparada pois, é um lugar distante da cidade. Historicamente a escola do campo enfrenta muita dificuldade e, infelizmente, foi construído no imaginário das pessoas que os cidadãos do campo são submissos aos da cidade, dependem da cidade, do meio urbano para viver, que o campo é um lugar que não tem desenvolvimento e tal afirmação denunciada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) afirma que “A visão urbanocêntrica, na qual o campo é encarado como um lugar de atraso, meio secundário e provisório, vem direcionando as políticas públicas de educação do Estado Brasileiro”.(SECAD/MEC, 2007 p, 13).

Conforme uma professora do AEE, no município há formação continuada para os professores aprimorarem suas práticas pedagógicas diferenciadas. Nesse sentido, ela diz que:

Existem formações, mas são em Altamira. Aos professores que se interessam a SEMED dá o suporte. Nas escolas que tem sala do AEE estamos sempre orientando com professores quanto às práticas pedagógicas para melhorar a aprendizagem dos alunos com deficiência. Nós professoras do AEE estamos sempre que possível fazendo as formações nas escolas da maior parte do município. Também fazemos com os técnicos de apoio de alunos. Todos os professores tem formação de ensino superior, no entanto no que diz respeito aos alunos com deficiência o processo de qualificação tem sido feito de forma gradativa. Ou seja, os professores que trabalham com alunos com deficiência têm sua formação de ensino superior e são qualificados para trabalhar, porém, o processo de aprimoramento de práticas pedagógicas diferenciada com esses alunos é feito devagar, se assim o professor interessar-se, para aprimorar suas práticas. Todo ano no mês de agosto tem a semana da pessoa com deficiência. (Professora do AEE).

Apesar do que a professora afirma no depoimento, verificamos nas falas de outros entrevistados algumas controversas a respeito do oferecimento de formação, como veremos mais adiante. Segundo a direção da escola Carlos Pena Filho, existe a presença de alunos portadores de necessidades especiais no ambiente escolar, porém, não há um auxiliar para ajudar no dia a dia do aluno e do professor. Os professores junto com a coordenação fazem pesquisas e trabalham com atividades que fossem de fácil adaptação para o aluno, tentando

praticar uma educação diferenciada. Nessa chave, Maria Teresa Eglér Mantoan afirma que o professor deve “ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um”. (MANTOAN, 2003, p. 38)

A instituição de ensino tem o conhecimento das legislações que falam sobre os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, mas nem sempre a legislação é aplicada à realidade local, “Penso que a legislação é importante, porém é preciso dar formação aos profissionais, pois a inclusão é um tema muito pertinente e merece um olhar especial” (Diretor da Escola). Quer dizer, na opinião dele, não dá para cumprir a lei sem investimento nesse setor. Isso se liga também ao fato de que a vida educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais do campo é bem diferente da vida das outras crianças portadoras de necessidades especiais da zona urbana.

O entrevistado prossegue, “nas escolas urbanas existem mais apoio, como salas separadas para atender essa demanda”. Isso porque, conforme reitera o entrevistado, o Atendimento Educacional Especializado está próximo dos alunos da zona urbana do que perto dos alunos da zona rural, mas, diz ainda, que a escola faz o possível para trabalhar conforme a legislação obriga, porém falta formação específica dos profissionais que atuam em sala de aula e na medida do possível a escola dá o suporte necessário para os alunos portadores de necessidades especiais do campo e algumas vezes a Secretaria de Educação oferece alguma formação continuada voltada para professores que possuem alunos com deficiência nas turmas.

Representantes dizem que a escola é “um pouco qualificada” para trabalhar com esses alunos, mas que falta muita coisa, como o referido investimento na formação de professores e na acessibilidade. Sobre a questão do preconceito o diretor relata que “Por mais que a sociedade tenha evoluído, ainda existem pessoas que excluem as pessoas deficientes, mas isso vem diminuindo se compararmos a situação com a de algumas décadas atrás”.

A escola só faz atividades ligadas à inclusão na semana em que a Secretaria de Educação faz campanha, é na semana dos excepcionais, quando todas as escolas que possuem alunos especiais são obrigadas a fazer atividades de inclusão, tanto as urbanas quanto as escolas rurais.

Portanto, percebe-se que a escola participa dessas atividades apenas levada pela agenda, de certa forma, obrigatória, da Secretaria do município. Nesse contexto, vale lembrar o que diz Rosita Edler Carvalho:

A escola deve proporcionar a todos conhecimentos e capacidade crítica, isto é contribuir para a criatividade e para o pleno desenvolvimento individual, bem

como enfrentamento da pobreza. Todos esses são valores defendidos na proposta de educação inclusiva. (CARVALHO, 2009, p.109).

Também pude verificar que em 2018 a escola não participou nem mesmo dessa agenda regular em prol dos deficientes. Daí, talvez, o argumento de que as escolas urbanas possuem mais apoio, pois são acompanhadas constantemente pelo Atendimento Educacional Especializado. Além disso, as escolas do campo ficam à deriva desse atendimento também por dificuldades como a distância até os grandes centros urbanos. Assim, ver os direitos, garantidos por lei, serem efetivados se torna ainda mais difícil nesse contexto descrito. É necessário que isso mude de modo que seja favorável ao aluno, para garantir a permanência dele na escola. Para isso deve ser feita a inclusão desse educando na escola. Assim, Maria Teresa Eglér Mantoan nos mostra que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, p. 36).

Vejamos o trecho do relato de uma professora, “sempre que trabalho com aluno com deficiência, faço com que esse aluno se sinta importante e incluído junto com os outros estudantes”. A docente diz que ainda há preconceito no ambiente escolar com os alunos com deficiência, porém, não são todos os alunos que demonstram esses preconceitos. “No ano de 2018 chegou a acontecer algumas vezes (o preconceito) quando eu pedia para fazer trabalho em grupo, sempre percebia que alguns alunos gostavam de excluir uma de minhas alunas, mas eu sempre tomava posição entre esse grupo de alunos, conversava e essa aluna conseguia se manter junto com os que estavam tentando excluí-la”, relata a professora.

A docente sempre procura fazer atividades pedagógicas diferenciadas, afirma que nem todas as atividades precisam ser para a turma inteira. O aluno com deficiência quase sempre consegue fazer as atividades propostas, segundo a professora. Nesse sentido, deve-se dizer ainda que, “O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência”. (MANTOAN, 2003, p 36). Nota-se, nesse caso, que há a prática da inclusão e integração dentro de sala de aula,

mesmo que de modo intuitivo e improvisado, essa professora sempre procura fazer algumas atividades em grupo ou até outras atividades para incluir e integrar o aluno que é deficiente.

Sobre a relação entre integração e inclusão, tem gerado algumas controversas entre diferentes educadores que lhes conferem sentidos e significados diferentes (CARVALHO, 2009), a palavra integração possui vários conceitos, e ela envolve as pessoas com deficiência e a comunidade de pessoas ditas “normais”. E para que haja essa integração toda a comunidade escolar deve inserir em seu convívio social as crianças com deficiência.

Já a inclusão propõe uma sociedade nova, uma escola diferenciada, porém, que seja para todos, mas para chegar a esse ideal faz-se necessário que nas escolas não haja desigualdades, “a proposta de inclusão superou a da integração, parece-me uma impropriedade, pois espera-se que os alunos incluídos se integrem com seus pares e com o saber”.(CARVALHO, 2009, p. 113)

Se por um lado confirmamos que na escola não há projetos que abranjam a questão da educação inclusiva, por outro lado outra professora relata que “na escola onde trabalho é seguido partes do Projeto Político Pedagógico – PPP escolar que trata sobre esse assunto, então é feita uma sequência didática e eu coloco em prática com meus alunos”.

Há um pouco de conhecimento sobre as legislações que dão suporte a esses alunos por parte da professora, porém ela reconhece que precisa buscar mais desses conhecimentos que deveriam ser instrumentos eficazes ao suporte necessário para o bem-estar e o desenvolvimento do educando especial. A professora diz que, na medida do possível, sempre procura trabalhar conforme a legislação propõe, fazendo esforço para realizar um bom trabalho, pois alega que o faz pelo bem dos seus alunos e para o seu auto crescimento no campo da educação. Vejamos um depoimento completo dessa professora:

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED dá o suporte necessário para os alunos com deficiência do campo sim, e minha formação me capacitou e ajudou muito para trabalhar com esses alunos, mas eu sinto falta de formação continuada para eu aperfeiçoar mais o meu trabalho. O município já ofereceu formação continuada, mas foi somente para os cuidadores que acompanham esses alunos que são deficientes. Eu não possuo nem auxiliar e nem cuidador para meus alunos. Por que tratar com diferença uma pessoa portadora de necessidade especial, se consideramos todos filhos de Deus e queremos um dia morar no céu? (Professora da Escola Carlos Pena Filho).

Como já dito anteriormente, há uma contradição entre a fala da SEMED e a fala da professora da escola, pois segundo o relato da SEMED há formação continuada para os

professores, porém, a professora da escola afirma que o município já ofereceu formação continuada, mas somente para os cuidadores que auxiliam esses alunos.

Os alunos com deficiência precisam de práticas diferenciadas, de atendimento diferenciado e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seu artigo 58º e nos incisos 1º, 2º, 3º nos diz que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

Na escola, um aluno laudado com deficiência, de 17 anos de idade, que cursa o 4º ano do ensino fundamental menor, faz acompanhamento apenas com uma psiquiatra. Percebe-se que o aluno já está com a idade avançada para o ano que cursa, mas a lei de diretrizes e bases pra o ensino de 1º e 2º graus em seu Art. 9º mostra que:

Os alunos que apresentem deficiência físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerado quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelo competentes Conselhos de Educação.(BRASIL, 1971)

No laudo médico dele, consta que sua deficiência e seu comportamento ainda estão em estudo. A mãe responsável pelo aluno relata que a educação dada a seu filho na escola em que ele estuda não é boa. Falta um olhar mais atento, segundo ela, não por parte da professora, mas por parte do poder público. Segundo a mãe, se ele tivesse um auxiliar, o aprendizado seria melhor. Na visão da mãe, a relação que o filho com deficiência têm com a professora é boa, mas a ela afirma que a docente possui uma turma muito grande e, por isso, falta tempo para conseguir fazer um melhor trabalho com ele, pois, é evidente que ele precisa de um olhar especial. Neste ponto, transcrevo o depoimento completo dessa mãe:

A SEMED e a escola não cumprem com o dever de atender as necessidades do meu filho. A escola raramente faz atividades diferenciadas para desenvolver o conhecimento dele, isso o desestimula e ele não quer mais ir para escola. No ambiente escolar há falta de auxílio, falta material pedagógico, falta apoio de uma psicóloga por este motivo a escola não zela pelo bem estar dele. No ambiente escolar, ele já sofreu preconceitos por parte dos colegas e pela falta de compreensão por parte de alguns funcionários. Por falta de apoio pedagógico e psicológico já retirei ele da escola. A escola não faz nada pra chamar a atenção dele, falta muito incentivo, por parte educacional da secretaria de educação. Gostaria que meu filho tivesse mais apoio e o melhor tratamento por parte do poder público e que eles olhassem com mais atenção para essas crianças e adolescentes que sofrem com esses tipos de transtornos, é muito difícil para as famílias lidar com essas crianças e adolescentes. As famílias também precisam de apoio pois estes transtornos trazem problemas para toda a família e também sofremos preconceito da sociedade que no decorrer dos anos possuem menos amor pelo problema do ser humano.

Nota- se que na fala da mãe, não aparece o suporte necessário que seu filho precisa dos órgãos públicos, principalmente da escola. As mudanças necessárias, como se vê, são inúmeras, mas não impossíveis de se concretizarem, “desde que haja vontade política, gerenciamento e lideranças competentes e convencidas, além de professores qualificados em sua formação inicial e continuada”. (CARVALHO, 2005, p. 6)

Por meio das conquistas na educação especial ou fora dela, pessoas com deficiência ou não tem seus direitos garantidos por leis. Sabemos que, todos temos direito à educação e à vida, mas deve ser de qualidade, tratando com igualdade as pessoas ditas normais e com deficiência, tratando com igualdade pessoas da cidade e do campo. E a inclusão na escola do campo deve ter uma perspectiva de mudança, de transformação, buscando condições participativas de vida e a garantia da cidadania, pois todos somos diferentes, mas todos somos iguais em termos de direitos.

4. Considerações finais

Percebi, por meio deste estudo em uma escola do campo, que falta mais atenção e práticas diferenciadas por parte dos órgãos públicos para auxiliar as famílias e os alunos com deficiência. E essa falta acarreta em várias consequências para as famílias, as escolas e os alunos com deficiência. Faz com que eles se afastem do ambiente escolar ou do meio social, até mesmo desistindo dos estudos. Porém a falta desse olhar diferenciado não vem só dos órgãos públicos, mas também da própria escola que por não auxiliar de forma correta esses alunos acaba se

tornando uma escola deficiente. Percebe-se a necessidade de se ter o compromisso de fazer a diferença com esses alunos.

Quanto ao preconceito existente na sociedade moderna, diante de pessoas com deficiência, percebe-se que há mudança no comportamento dos sujeitos que compõem o ambiente escolar, no entanto, este preconceito já não deveria existir, considerando que foram feitas tantas campanhas de esclarecimento. Porém, ainda existe, infelizmente, até mesmo por parte de alguns sujeitos que compõem a equipe de profissionais do meio escolar.

Com a falta da implementação das políticas públicas e leis criadas para o amparo dessas pessoas, há grandes chances de que os alunos portadores de necessidades especiais não concluam seus estudos, porém os sonhos dos pais desses alunos é que toda a sociedade tenha um olhar com mais atenção para essas crianças e adolescentes.

Portanto, as leis que amparam estas crianças e adolescentes com deficiência devem ser cumpridas, de forma que atendam a todos, desde a cidade até o campo, sem distinção. Pois, embora as leis garantam o direito para cada um deles, na prática, verificou-se que essas mesmas leis são pouco efetivadas e também pouco conhecidas até mesmo por quem deveria implementá-las. E por isso há uma exclusão dupla do aluno do campo.

Referências

BRASIL. Apoio as pessoas portadoras de deficiência LEI N° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>> Secretaria de Educação Especial. Acesso em 15 de março de 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, no Art. 206 e Art.208. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>> Secretaria de Educação Especial. Acesso em 13 de março de 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Brasília: 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

BRASIL. Presidência da República Lei N° 8069, de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>> Secretaria de Educação Especial acesso em 14 de março de 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva: do que estamos falando?* Revista Educação Especial, n. 26, 2005. Disponível em: < [http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article /view/4395/2569](http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4395/2569)> Acesso em: 07 de junho de 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras para a Aprendizagem e Educação*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil Novo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brasil-novo/panorama>. Acesso em 06 de junho de 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares. SANTANA, Crislayne Lima & SANTANA, Cristiano Lima. *A educação especial no Brasil: acontecimentos históricos*. Sergipe: Anais 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil 2013.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília, 2007.

SEESP/MEC. **Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva**. AEE – Atendimento Educacional Especializado, 2008.

SETUBAL, Joyce Marquezim & FAYAN, Regiane Alves Costa. *Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência comentada*. Campinas: Fundação FEAC, 2017.